



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(DO SR. JORGE TADEU MUDALEN)

ASSUNTO:

Dispõe sobre a construção de logradouros e edifícios de uso público e dá outras providências.

DESPACHO: APENSE=SE AO PL Nº 5.993/90

AO ARQUIVO em 16 de julho de 1992

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 3037 DE 1992

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
PROJETO DE LEI Nº 3.037, DE 1992  
(DO SR. JORGE TADEU MUDALEN)



Dispõe sobre a construção de logradouros e edifícios de uso público e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.993, DE 1990).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 5993/90

Em 30 / 06 / 92.

Presidente

# Projeto de Lei nº 3037/92

(Do Sr. Jorge Tadeu Mudalen)

Dispõe sobre a construção de logradouros e edifícios de uso público, e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A construção dos logradouros e edifícios de uso público incluirá, obrigatoriamente, rampas de acesso e outros elementos que facilitem a locomoção dos portadores de deficiência física.

§ 1º Os logradouros e edifícios públicos atualmente existentes deverão ser adaptados, na forma deste artigo, no prazo máximo de doze meses, contado da publicação desta lei.

§ 2º Os edifícios privados, construídos com fi



CÂMARA DOS DEPUTADOS



nanciamento da Caixa Econômica Federal ou de qualquer outra entidade vinculada à Administração Federal Direta e Indireta, obedecerão ao disposto neste artigo.

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta lei, expedirá normas para o cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

A Constituição de 1988 contém várias disposições que asseguram direitos aos portadores de deficiência . Trata-se de importante conquista desses milhares de brasileiros, até então totalmente marginalizados e ví





CÂMARA DOS DEPUTADOS



timas de preconceitos tanto por parte da sociedade quanto do Poder Público.

Ocorre, entretanto, que a implementação desses direitos depende da legislação ordinária, sem o que os dispositivos constitucionais pertinentes - se transformarão em mera letra morta.

É o caso, especificamente, das normas de construção dos logradouros e edifícios de uso público, a fim de garantir acesso adequado de pessoas portadoras de deficiência - medida prevista no § 2º do art. 227, da Lei Maior.

Nosso objetivo, por conseguinte, é regulamen-  
tar tal dispositivo constitucional, a fim de que, efe  
tivamente, possam os deficientes físicos dispor de  
facilidades mínimas de acesso aos edifícios e logra-  
douros públicos, assim como aos edifícios cuja cons  
trução haja sido financiada pela Caixa Econômica Fe  
deral ou outra entidade governamental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Dentre outras providências, o projetado deter  
mina que o Ministério do Trabalho e Administração ,  
no prazo de sessenta dias, expedirá as normas par a  
a construção ou adaptação dos edifícios e lograduoroe  
de uso público, de que trata esta lei.

Esperamos, destarte, que a iniciativa venha a  
merecer a aprovação dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, aos 30 de Junho de 1992

  
Deputado JORGE TADEU MUDALEN





CÂMARA DOS DEPUTADOS



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

#### Título VIII

#### DA ORDEM SOCIAL

#### Capítulo VII

#### DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSICAO : PL. 3037 / 92

DATA APRES.: 30/06/92

AUTOR : JORGE TADEU MUDALEN - PMDB/SP

Dispoe sobre a construcao de logradouros e edificios de uso publico, e da outras providencias.